

Posição dos professores em relação à entrada de alunos com deficiência na universidade

Professors' position regarding the entry of students with deficiency in the University

Silvana Terezinha Baumgarten¹

Cássia Maria Ávila da Fonseca²

Resumo

Este artigo objetiva analisar a opinião dos professores sobre a inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior e as dificuldades que encontram para essa inclusão. Foram entrevistados 43 professores de diferentes cursos da Universidade de Passo Fundo, que têm ou já tiveram alunos com deficiência na sala de aula. Os resultados são apresentados em categorias que foram construídas durante a análise de conteúdo. Todos os professores entrevistados se colocam a favor da entrada de alunos com deficiência na universidade. No entanto, consideram que não estão suficientemente preparados para a inclusão, principalmente com alunos com deficiência intelectual, e percebem a necessidade de formação e capacitação.

Palabras chaves: Deficiência, universidade, profesores, inclusão.

Abstract

This article aims to analyze the professor's opinions about the inclusion of students with disability in higher education and the difficulties encountered for their inclusion. 43 professors of different courses at the University of Passo Fundo,

¹ Professora Titular da Universidade de Passo Fundo. Email: silb@upf.br

² Consultor independente. Email: 113643@upf.br

who have or had students with disabilities were interviewed. The results are presented in categories that were constructed during content analysis. All the interviewed professors are in favor of the entry of students with disabilities in the university. However, they consider themselves not sufficiently prepared, specially with students with intellectual disabilities, thus perceiving the necessity for further training and preparation.

Key words: Disability, university, professors, inclusion.

1. Introducción

O presente artigo procura analisar a posição dos professores em relação à entrada de alunos com deficiência na universidade, sendo um recorte de uma pesquisa maior intitulada "Como se dá a Inclusão na Universidade de Passo Fundo: Observando o presente a prospectando o futuro".

A questão da inclusão, acessibilidade e permanência dos alunos na universidade é um tema atual e muito importante. De acordo com Missel, Costa & Sanfelice (2017), o número de pessoas com deficiência no Brasil tem aumentado muito.

Neste sentido, é importante conhecer as percepções e vivências dos professores nessa prática, a fim de produzir melhoras nos serviços oferecidos pela Universidade de Passo Fundo, a partir do Setor de Atenção ao Estudante (SAES) tem por finalidade garantir os direitos dos alunos com deficiências.

O Setor de Atenção ao Estudante caracteriza-se como um espaço de acolhimento, escuta e mediação aos alunos, com o propósito de tornar acessíveis os recursos e os espaços da Universidade de Passo Fundo. Por meio dos serviços oferecidos, busca garantir a acessibilidade e a permanência do acadêmico na vida universitária, desde o seu acesso até a conclusão do curso. Os serviços incluem atendimento às dificuldades de natureza psíquica, emocional, didático-pedagógica e deficiências.

O Saes divide seu atendimento em três modalidades: psicopedagógicas, psicológicas/psiquiátricas e de tecnologia assistiva. O atendimento

psicopedagógico busca atender aos acadêmicos auxiliando nos processos de ensino e de aprendizagem. O atendimento psicológico/psiquiátrico é oferecido a todos os alunos que tenham necessidade. A tecnologia assistiva, por sua vez, proporciona o uso de recursos humanos e materiais que viabilizem e aprimorem o aprendizado do acadêmico com deficiência, oportunizando: interpretação e tradução de Libras/Português; adaptação de textos e materiais, com ampliação ou transcrição para o sistema Braille; gravação, em áudio, de obras para acadêmicos cegos e com baixa visão; mobilidade aos estudantes com restrição motora ou comprometimento na área visual; acessibilidade digital; tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e vestibular acessível.

O Saes oferece outros programas, oficinas e serviços, com o propósito de garantir uma universidade inclusiva, que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. Dentre essas ações, se inserem: Roda de Conversa em sala de aula: Ser universitário, que lugar é esse?; Grupo de familiares de alunos com deficiência; Oficinas aprender a aprender; Orientação profissional/educacional; Oficina de comunicação, expressão e oratória; Aulas de apoio e projeto aluno apoiador.

2. Marco Teórico

Em 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei (Brasil, 2015), como é referido no seu artigo 1º, é "... destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania". De acordo com o artigo 2 dessa lei (Brasil, 2015), "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

Numa visão crítica, Rocha e Miranda (2009) expõem que a conquista da inclusão não é efetivada apenas por decretos e leis, ela reivindica mudanças na

maneira de compreendê-la e na proposição procedimentos que possam transcender os obstáculos impossibilitam ou limitam a acessibilidade dos alunos com deficiência na universidade.

O movimento mundial pela inclusão é um ato político, cultural, social e pedagógico, provocado para a proteção do direito de todos os alunos de conviverem, aprenderem e participarem, sem segregação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional alicerçado na concepção de direitos humanos, que aglutina igualdade e diferença como valores indissociáveis (Ministério da Educação, 2008).

Duek e Martins (2007) citam que o movimento da "Escola para Todos" insere a inclusão na ordem do dia, postulando a escola como um lugar democrático, capacitado para atender a todos sem discriminação racial, de classe, de gênero ou de características pessoais, valorizando a aceitação da diversidade em sala de aula.

De acordo com Rocha e Miranda (2009), o alicerce da inclusão se baseia na concepção de que toda pessoa tem o direito básico à educação e que esta deve atender a seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

Cianteli e Leite (2016) destacam que o art. 27 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência mostra que a educação integra um direito da pessoa com deficiência. O referido artigo dispõe que são "assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem" (Brasil, 2015). Cianteli e Leite (2016) complementam que, no ensino superior, tais ações também devem ser aplicadas.

A existência de uma política inclusiva em nosso país representa avanços aos direitos das pessoas com deficiência e propõe-se a assegurar o direito de que estas convivam com os demais membros da sociedade e tenham acesso à escola, para que possam nela seguir e progredir. Na universidade -que se quer inclusiva-, ensinar a todos os alunos implica o reconhecimento de que cada um é único, com um ritmo e um estilo próprio de aprender (Duek e Martins, 2007).

A inclusão escolar, de acordo com Ribeiro e Tentes (2016), é um movimento de grande mudança da sociedade que vem acontecendo atualmente campo dos direitos humanos, não somente em nosso país como no mundo todo, abrangendo mudanças de atitudes, com a ruptura da discriminação e preconceito e o respeito às diferenças, o reconhecimento dos obstáculos de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência nos cenários escolares.

Nesse mesmo sentido, Rocha e Miranda (2009) referem que a implantação de uma educação inclusiva requisita uma reorganização dos sistemas de ensino, os quais devem se estruturar para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. Para isso, de acordo com as autoras, são necessárias intervenções práticas e possíveis que tenham como entendimento instrumentalizar a inclusão de todos, independentemente de suas necessidades.

Esta apreciação autoriza compreender o desafio lançado pela inclusão: reconhecer a diversidade acarreta uma mudança de paradigma educacional, ou seja, que passe a conceber o direito de todos a ocuparem o espaço escolar, independentemente de suas limitações (Miralha & Schulünzen, 2007).

Chahini (2016) refere que é difícil a aceitação e a inclusão de pessoas com deficiências em todos os territórios sociais. Complementam os autores que na educação, a formação fragmentada do profissional ocasiona, certo despreparo do professor.

Nesse sentido, Benakouche (2014) indicam que a prática da inclusão na universidade possui vantagens pouco explícitas, entre as quais podem ser citadas as seguintes:

- a presença física representativa dos excluídos na universidade provocará reorganização do arranjosocial da universidade e, portanto, do seu papel social e político. Esse novo arranjo social muda a configuraçãoorganizacional da instituição, bem como sua forma de ensino;

- a inclusão social conduz invariavelmente à introdução de novas demandas sociais na universidade, que acabarão resultando na produção de "outros olhares" sobre as instâncias sociais e políticas da sociedade. Determinados temas de

pesquisas serão priorizados e, portanto, haverá uma reorientação de energia intelectual para questões sociais até então ignoradas;

- a inclusão social implicará também a democratização social da universidade, devido, entre outros, à presença dos excluídos e, portanto, à tomada em consideração de suas demandas, em especial das análises de suas necessidades;

- a inclusão social permitirá o reconhecimento social e institucional das competências (para não dizer saberes) dos excluídos sociais. Isso já é reconhecido pela LDB, que admite a possibilidade de revalidação desse tipo de competências nos processos avaliativos e seletivos (Benakouche, 2014).

Mattos (2012) refere que a inclusão em educação proposta é aquela que respeita as diferenças, que aprecia o aluno como ele é, que traz a cultura desse mesmo aluno para a sala de aula e, portanto, para dentro da escola, que incentiva a construção de práticas em um agir implicado com as formas de transmitir o conteúdo e torná-lo crítico, reflexivo e criativo, que engendra possibilidades de construir políticas de inclusão com novas formas de intervenção, assegurando a participação de todos.

De acordo com Oliva (2016), os educadores de escolas inclusivas devem respeitar o ritmo de cada aluno e não ter o conteúdo pronto antes de conhecerem os estudantes. Prossegue o autor declarando que a escola deve se adequar aos alunos, em alternativa ao modelo anterior, de integração, no qual o aluno só era aceito sob a exigência de se adequar ao modelo pré-definido, conforme o qual a competição, eficiência e perfeição determinavam o valor de cada indivíduo.

Cianteli e Leite (2016) assinalam a importância da formação continuada para os docentes, a qual “pode se configurar numa proposição interessante para refletirem suas práticas à luz de ajudas técnicas especializadas, uma vez que a formação inicial, quando abrange assuntos dessa natureza, ainda o faz de modo incipiente” (p.425).

Nesse mesmo sentido, Oliva (2016) pondera a necessidade de formação para que os professores possam realizar as adequações curriculares, que não ocorre como prática em sua formação.

3. Metodologia

A pesquisa se propôs a avaliar qual é a posição dos professores da Universidade de Passo Fundo em relação à entrada de alunos com deficiências no ensino superior. Ainda, a pesquisa tem por objetivo retroalimentar o Setor de Atenção ao Estudante e o Setor de Apoio Pedagógico (SAP) da Universidade nos processos formativos com os professores, bem como projetar, a partir das informações levantadas outras atividades e articulações que possam vir a ser desenvolvidas e permitam fortalecer a inclusão na UPF.

A amostra foi constituída de 43 professores de diferentes cursos da Universidade de Passo Fundo que têm ou já tiveram alunos com deficiência na sala de aula, que foram entrevistados no ano de 2018 sobre sua opinião a respeito da entrada de alunos com deficiência na universidade. Desses 43 professores, 23 são do sexo feminino e 20 do sexo masculino, com a média de idade de 45 anos e com tempo médio de docência na UPF de 13 anos. Três têm pós-doutorado, 23 são doutores, 15 são mestres e dois têm formação em nível de *lato sensu*, especialização.

Todos os professores que tinham aluno com deficiência em sala de aula no ano de 2018 foram convidados, por e-mail, a participar de entrevista semiestruturada. Com aqueles que aceitaram, foi marcado horário para a entrevista, de acordo com a disponibilidade deles. Para este artigo, analisou-se somente uma das questões do roteiro de entrevista, na qual se perguntou ao professor "Qual sua posição em relação a entrada de alunos com deficiência na Universidade?". A presente pesquisa procurou respeitar a Resolução 196/96, a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. No desenvolvimento dos trabalhos, foram considerados os seguintes aspectos éticos: consentimento da Instituição, aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada sujeito foi convidado a participar da pesquisa e assinou o TCLE, com o objetivo de consentir e autorizar a sua participação na pesquisa.

4. Apresentação/discussão dos resultados

Os resultados são apresentados em categorias, que foram construídas através da análise de conteúdo das respostas da questão investigada.

4.1. A inclusão é um direito? Para quem?

Todos os professores entrevistados se colocam a favor da entrada de alunos com deficiência na universidade, argumentado que a inclusão é um direito.

Alguns exemplos da fala deles:

Eu vejo com bons olhos ... não é uma deficiência que vai deixar a pessoa excluída da sociedade, da Universidade, a Universidade é um direito de todos, todos têm o direito de buscar o conhecimento, então, eu vejo que, acho até que começou tarde” (Entrevistado 3).

“Eu sou totalmente favorável... acho que a deficiência não muda nada, realmente é isso aí, as pessoas hoje têm que estar com seus direitos garantidos para poderem fazer a sua vida dentro dos seus limites (Entrevistado 12).

Além de concordarem que os alunos com deficiência têm direito ao conhecimento e a uma formação profissional, os professores entrevistados também referem que a inclusão se refere a todos os alunos, entendendo que todos têm direito a uma educação de qualidade, levando em conta a especificidade de cada aluno. Colocam:

...não vejo porque fazer distinção ... acho que tem que ser aberto a eles como qualquer outro aluno (Entrevistado 7).

A favor... a Universidade deve acolher a todos os alunos (Entrevistado 10).

...todos somos alunos especiais que temos nossas especificidades e estamos incluídos no mesmo espaço, independente se tem algum tipo de limitação considerada por médico ou não, nós somos diversos (Entrevistado 14).

A Universidade de Passo Fundo busca garantir a inclusão de todos os alunos e, através do Setor de Atenção ao Estudante, procura contribuir para a inclusão, a acessibilidade e a permanência do acadêmico na vida universitária, a

partir de serviços e projetos que possibilitam ao acadêmico encontrar caminhos para superar as dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, os entrevistados manifestam:

Eu penso que é um movimento muito propício e sou favorável... esse é um cenário que não pode ser excludente, tem que ser inclusor e nesse aspecto temos que acolher a todos e estar preparados para isso (Entrevistado 20).

Eu acho que tem que ter essa inserção até, não sei, fiquei surpreso em saber que a UPF, eu acho que é a única da região, ou era a única até então, que insere alunos especiais, que faz o vestibular para alunos especiais (Entrevistado 21).

Tem que fazer inclusão. É algo positivo, tem que haver, e nesse sentido acho que a UPF faz um bom trabalho, inclui de verdade (Entrevistado 17).

Percebe-se que alguns professores consideram que a Universidade de Passo Fundo está fazendo seu papel de universidade inclusiva, considerando que a incluso é para todos os alunos.

4.2. Os professores estão preparados para a inclusão? Necessidade de formação/capacitação e orientação

Os professores concordam com a entrada de alunos deficientes na universidade, mas alguns consideram que não estão preparados para isso, como coloca o Entrevistado 19: "*Os docentes não estão preparados para receber esse perfil de aluno*".

Nesse cenário, no que refere à preparação dos docentes para atuarem com esse público, a pesquisa de Alonso, Castedo, Juste e Varela (2015) evidenciou que os professores apontam que têm pouco treinamento e que há falta de trabalho colaborativo para incluir alunos com deficiência. Vitalino (2007) também evidencia a falta de preparo dos professores para isso.

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados julga importante receber essa capacitação/formação por parte da universidade. Dizem os professores:

O problema é a falta de capacitação dos profissionais que vão trabalhar com o aluno (Entrevistado 13).

Acho importante que se abra espaço para incluir, mas ainda precisa muito e muito e muito de uma preparação para isso... Se a UPF quer incluir, precisa dar capacitação para todos os professores, em todas as disciplinas, mesmo que eu não receba nenhum aluno com dificuldade, isso é incluir o professor na inclusão (Entrevistado 1).

E o professor enquanto profissional tem que se preparar, a Universidade enquanto estrutura física, tem que se preparar para dar conta disso (Entrevistado 4).

Tendo por base a manifestação dos professores, salienta-se a necessidade de que os docentes sejam capacitados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Prais e Rosa (2017) colocam que “a formação de professores é um dos pontos críticos que podem influenciar na qualitativa efetivação das políticas inclusivas e consolidação de inclusão escolar” (p.131).

Caiado, Martins e Antônio (2007) afirmam que os professores precisam estudar e discutir o modo de trabalhar com o aluno com deficiência, pensando sobre como preparar atividades para que ele entenda o conteúdo e dedicando-se a saber como avaliá-lo. Os autores, em suas pesquisas com professores, também perceberam que, em absoluta maioria, os docentes informam a necessidade de estudar *como* ensinar os alunos com deficiência.

Um dos entrevistados fala da necessidade de orientação para dar conta do aluno com deficiência em sala de aula: “...talvez a gente tenha que se preparar melhor e antes de o professor receber um aluno com alguma deficiência possa receber uma orientação de como conduzir o seu trabalho para que o aluno com necessidade tenha um bom aproveitamento e que o restante da turma também consiga andar da mesma forma...” (Entrevistado 24).

Essa orientação é muito importante, pois é um contato direto com o professor, que pode proporcionar uma escuta de suas dificuldades e angústias, frente ao compromisso de aprendizagem do aluno com deficiência. Prais e Rosa (2017) falam da assessoria do especialista junto ao professor para instrumentalizá-lo nessas habilidades educativas e numa proposta de prática colaborativa entre os profissionais.

É abordada a questão de que a formação profissional não prepara o professor para receber alunos com deficiências:

... os professores têm que estar preparados. A graduação e o mestrado não nos deixam preparados para isso (Entrevistado 32).

É necessário preparar os professores, nenhuma graduação ensina isso (Entrevistado 37).

Na época da minha formação, não havia ou não era muito presente a questão da inclusão. Não tínhamos disciplinas acerca do assunto (Entrevistado 40).

...extremamente desconfortável por não ter o preparo acadêmico necessário para lidar de forma mais tranquila com a situação (Entrevistado 42).

As falas dos professores apresentam a necessidade de formação para a inclusão, pois seus cursos de graduação não os preparam para isso, o que é confirmado pelas pesquisas de Pozzatti e Reali (2007) e Oliva (2016).

Um dos docentes levanta a questão que ter colegas com deficiência pode ajudar os futuros professores a se prepararem para a inclusão: "*As alunas, no estágio têm crianças com deficiências em sala de aula, e se têm colegas com deficiência, já vão aprendendo a lidar*" (Entrevistada 35).

Também é referida a necessidade de conhecimento de novas tecnologias e de práticas inclusivas, não somente para o aluno com deficiência, mas para todos os alunos:

...quando tem aquelas capacitações docentes dos professores, no início do ano, meio do ano, que tivesse umas dinâmicas mais atrativas... têm que ter algumas coisas um pouco mais práticas, principalmente metodológicas... (Entrevistado 8).

...eu gostaria de aprender novas tecnologias para utilizar não só com eles. Vejo que a Universidade tem capacidade humana e física para isso (Entrevistado 28).

...a Universidade tem que dar condições para que ela esteja aqui, para elas e para nós professores, temos que ter as tecnologias assistivas, cada vez mais, porque, se não, fica complicado... (Entrevistado 15).

Percebe-se que os professores querem aprender mais, querem conhecimento de tecnologias e metodologias para que o aluno com deficiência tenha acessibilidade ao conhecimento proposto pelo seu curso. Vitalino (2007), em suas pesquisas com professores, também constatou que esses profissionais estão motivados para aprender sobre incluso e metodologias adequadas. A universidade que se pretende inclusiva deve se preparar e preparar seus docentes para atender às necessidades do aluno com deficiência, seja pela acessibilidade arquitetônica, seja pela acessibilidade pedagógica e atitudinal. Colocam os entrevistados:

...a universidade tem que estar pronta para receber os mais diversos tipos de deficiência que possam surgir, e estar preparada para receber bem esse aluno, para adaptar o que for necessário, acolher de uma forma efetiva ... talvez umas vão ter mais dificuldade que outras para conseguir, mas todas têm o mesmo direito (Entrevistado 3).

Acho que nós temos que estar cada vez mais preparados para receber cada vez mais, as pessoas com deficiência. E o preparado significa ter o acompanhamento, ter a preparação dos professores, ter adaptação dos espaços... (Entrevistado 6).

Claro que algumas necessidades demandam mais auxílio do professor, mas que tendo o suporte devido... (Entrevistado 22).

Apreende-se que os professores querem estar mais preparados, querem ter a devida orientação para poderem atender adequadamente aos alunos com deficiência. A Universidade deve pensar num programa de formação continuada para atender essa demanda dos docentes, inserido numa política institucional de formação.

4.3. Inclusão é difícil? Sim, mas possível

O processo ensino-aprendizagem com alunos com deficiência pode não ser fácil, mas é possível. Zampieri (2007) concorda que a inclusão é uma proposta difícil, que se constrói com as experiências diárias, reflexões e ajustes, uma vez que não há nada pronto, não há uma receita.

A inclusão requer professores preparados e com acessibilidade atitudinal, ou seja, que estejam dispostos a aceitar e trabalhar em prol da inclusão. De acordo com Duek e Martins (2007), essa atuação exige perseverança, dedicação e coragem para sair de um estado de acomodação e arriscar-se na construção de uma prática alicerçada em outras bases, indagando a cadeia de significados que compõem a lógica das exclusões social e educacional. Essa questão aparece nas falas dos professores entrevistados:

Causa um desconforto? Causa, sim, porque a gente sai da nossa zona de conforto para trabalhar com o desconhecido... cabe a nós nos adaptarmos, não adianta torcer 'tomara que não venha', porque não tem, esse discurso não cola, tem que ser realista... assim como eu e você, essas pessoas têm acesso a Universidade, e, estando aqui dentro, elas têm que ser muito bem atendidas (Entrevistado 4).

Acho que seria possível, porém desafiador. Para qualquer deficiência, tudo é questão de adaptar...É mais exigente para o professor, mas depois da primeira experiência, você percebe que dá certo (Entrevistado 34).

Curriao e Rosas (2017) concordam que a construção de aulas inclusivas não é uma tarefa fácil e necessita de muitos recursos, mas pode beneficiar todos os alunos, independentemente de estarem ou não em uma situação de deficiência.

De fato, Alonso et al. (2015) colocam que o conceito de inclusão implica modificar substancialmente a estrutura, as propostas funcionais e pedagógicas das escolas para responder às necessidades educacionais de cada um dos seus alunos, para que todos sejam bem-sucedidos no seu processo de aprendizagem e participem na igualdade das condições. Acrescentam que o difícil e complicado é saber como implementar na prática diária de centros educativos os ideais da educação inclusiva. Miralha e Schulünzen (2017) acrescentam que são necessárias algumas adaptações metodológicas e didáticas.

4.4. Deficiência intelectual e autismo: dificuldades maiores ou preconceito?

Alguns professores entrevistados, mesmo sendo favoráveis à inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior, indicam algumas restrições, principalmente quanto às deficiências cognitivas:

Sobre deficiência mental/cognitiva: Aí acho que teria que avaliar, porque eu acho que eles sofrem, a família sofre. Chega um momento que eles não conseguem (Entrevistado 9).

O surdo é igual aos outros, só vai ter uma intérprete, mas cognitivamente são bons. Os cegos e cadeirantes também. Os deficientes intelectuais, eu não saberia como encaminhar, como acolhê-los no ensino superior, vai depender o curso (Entrevistado 23).

Apenas fico pensando em relação àqueles com problemas de cognição, com alguma deficiência mental maior, como aquele que entrou na arquitetura... E realmente não tinha condições de cursar... Pelo menos assim me pareceu. Em relação a esta questão, não me senti apoiada pela instituição (Entrevistado 25).

Meus filhos têm colegas autistas, e essas crianças têm monitores. Lá, eles têm um olhar muito diferenciado. Acho muito importante, mas não sei de que forma dentro da Universidade podemos fazer isso (Entrevistado 26).

“Acredito que deve se ter um olhar mais cuidadoso em relação aos alunos com comprometimento cognitivo (Entrevistado 33).

As falas dos professores demonstram que mais do que preconceito por esses tipos de deficiência, podem estar mostrando a necessidade de preparação/capacitação para atender a esses alunos ou um desconhecimento sobre essas deficiências.

Valentini, Gomes e Bisol (2016) mostram que, infelizmente, encontram-se ainda hoje olhares tradicionais e métodos de ensino que não auxiliam professores e estudantes a ultrapassar as barreiras da falha, da perda, do limite. Esses olhares e métodos tendem a potencializar as dificuldades, o fracasso e as resistências à inclusão do estudante com deficiência intelectual. Felizmente, encontram-se

também iniciativas e experiências facilitadoras, que têm propiciado caminhos possíveis para a prática docente (Valentini, Gomes & Bisol, 2016).

Os sistemas educacionais devem ser organizados de forma a atender à diversidade do alunado, ou seja, devem proporcionar condições para todos os alunos – independentemente de suas condições sensoriais, intelectuais, motoras, emocionais, sociais, econômicas – aprenderem. Isso implica, necessariamente, uma mudança de concepção a respeito da prática pedagógica do professor (Poker, 2007).

Também é referida, por um dos professores, a preocupação com a diplomação do aluno deficiente, uma inquietação relacionada ao fato de ele poder exercer de forma satisfatória a profissão escolhida.

Essa coisa de incluir, eu acho que tem casos e casos, e acho que isso precisava ser..., é horrível isso, sei que na inclusão é horrível classificar, sei que não é certo, mas como é que vou dar (refere ao diploma)... é uma dúvida, sabe? Não que acho que deve ser assim, mas como é que vou dar um diploma para um aluno que não vai conseguir fazer aquilo com excelência depois, como poderia ser pensado isso? (Entrevistado 1).

Os professores demonstram ter maiores dificuldades com algumas deficiências, como a intelectual, no sentido de não saberem como proceder no processo de ensino aprendizagem deste aluno. Ainda aparece a preocupação de como o aluno com deficiência intelectual poderá exercer sua profissão depois da formação.

5. Considerações finais

Foi muito importante perceber que todos os professores entrevistados se mostram favoráveis à entrada de alunos com deficiência na Universidade. No entanto, a maioria dos entrevistados consideram que não estão preparados pedagogicamente para isso.

Assim, podemos concluir que falta, ainda, na Universidade de Passo Fundo, maior preparação para os professores para a inclusão. Muito já foi feito, mas é preciso mais. Fica claro que os professores não se sentem preparados e precisam

de maior capacitação e de formação continuada. A Universidade mantém o Setor de Atenção ao Estudante, que, com seus serviços, garante a acessibilidade dos alunos com deficiência e também realiza orientações a professores e coordenadores, mesmo não sendo o foco de seu trabalho. Assim, é urgente que se pense em novas propostas de formação/capacitação aos docentes dessa universidade.

As propostas de formação, devem ser incluídas em um programa de formação permanente e estarem incluídas nos projetos político-pedagógicos de todos os cursos. Também se acredita que a capacitação para a inclusão deva ser pensada para ocorrer em espaços onde se propicie a escuta dos professores sobre suas angústias, dúvidas e dificuldades e que se possa de forma colaborativa construir estratégias de como fazer a inclusão.

Ponderamos ainda, como resultado da análise que a inclusão deve ser um direito de todos os alunos e que pode não ser fácil, mas é possível desde que os professores tenham atitudes e emoções favoráveis para a inclusão.

Consideramos muito importante que os cursos de formação de professores contemplem além das questões pedagógicas, a questão das mudanças atitudinais, ou seja, ponderamos que os professores devem ser capacitados a mudar suas concepções a respeito da diversidade, da diferença e da deficiência.

Referências bibliográficas

- Alonso, J. D., Castedo, A. L., Juste, M. R. P. e Varela, E. V. (2015). Integración o inclusión: El dilema educativo en la atención a la diversidad. *Revista Portuguesa de Educação*, 28(2), 31-50.
- Benakouche, R. (2014). *Inclusão universitária: pequenas reflexões a partir de uma grande experimentação social*. Disponível em <https://bit.ly/2I6DI3u>
- Ministério da Educação (2008). Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, Brasília, DF, Brasil.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em <https://bit.ly/2numMRn>

- Caiado, K., Martins, L. de S. e Antônio, N. D. R. (2007, setembro). A formação do professor para educação especial no ensino superior: tema em debate. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.
- Chahini, T. H. C. (2016). Atitudes sociais em relação à inclusão de alunos (as) com deficiência na educação superior. *Interfaces da Educação*, 7(19), 314-328.
- Ciantelli, A. P. C. e Leite, L. P. (2016) Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(3), 413-428.
- Curriao, M. M. e Rosas, D. N. (2017). Inclusión de estudiantes en situación de discapacidad en la Universidad de Chile. *Polyphōnia. Revista de Educación Inclusiva. Publicación científica del Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva de Chile*. 1(2), 120-140.
- Duek, V. P. e Martins, L. de A. R. (2007, setembro). Trabalho colaborativo na escola inclusiva: desafios e possibilidades na formação continuada de professores. A formação do professor para educação especial no ensino superior: tema em debate. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.
- Mattos, S. M. N. de (2012). Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. *Educar em Revista*, (44), 217-233.
- Miralha, J. O. e Schulünzen, E. T. M. (2007, setembro) Inclusão escolar e a prática pedagógica. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.
- Missel, A., Costa, C. C, da e Sanfelice, G. R. (2017). Humanização da saúde e inclusão social no atendimento de pessoas com deficiência física. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(2), 575-597.
- Oliva, D. V. (2016). Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. *Psicologia USP*, São Paulo, 27(3), 492-502.
- Poker, R. B. (2007, setembro). Pedagogia inclusiva: o currículo, o ensino e a aprendizagem. Comunicação científica. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.

- Pozzatti, J. e Reali, A. M. de M. R. (2007, setembro). Inclusão, formadores de professores e internet: interfaces possíveis. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.
- Prais, J. L. de S. e Rosa, V.F. da (2017). A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. *Revista Educação Especial*, 30(57), 129-144.
- Ribeiro, A. C. e Tentes, V. T. A. (2016). O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite1. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(1), 27-38.
- Rocha, T.B. & Miranda, T. G. (2009). Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Educação Especial*, 22(34), 197-212.
- Valentini, C. B., Gomes, R.B. e Bisol, C. A. (2016). Inclusão de estudantes com deficiência intelectual: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista Teias*, 17(46), 125-142.
- Vitalino, C. R. (2007). Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(3), 399-414.
- Zampieri, M. (2007, setembro). Capacitação do professor ouvinte na prática da inclusão escolar de alunos surdos no ensino bilíngüe. *Livro do IX Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores*. Águas de Lindóia, SP, Brasil, 2.

Recebido em: 1 de dezembro de 2018

Aceito em: 19 de março de 2019



Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109) está distribuída bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)